

NOTA PRÉVIA À 2ª EDIÇÃO

A presente edição contempla as alterações à lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei nº 151/2015, de 11 de setembro, levadas a cabo pela Lei nº 10-B/2022, de 28 de abril.

Inclui ainda a alteração da Lei nº 98/97, de 26 de agosto – lei de organização e processo do Tribunal de Contas – pela Lei nº 12/2022, de 27 de junho, diploma que aprovou o Orçamento do Estado para 2022.

Coimbra, agosto de 2022

SOFIA BARRACA

ÍNDICE-SUMÁRIO

I. CONSTITUIÇÃO E TRATADOS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Lei constitucional nº 1/2005, de 12 de Agosto	9
Preâmbulo	9
Princípios Fundamentais	10
PARTE I Direitos e deveres fundamentais	13
TÍTULO I Princípios gerais	13
TÍTULO II Direitos, liberdades e garantias	16
CAPÍTULO I Direitos, liberdades e garantias pessoais	16
CAPÍTULO II Direitos, liberdades e garantias de participação política	25
CAPÍTULO III Direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores	26
TÍTULO III Direitos e deveres económicos, sociais e culturais	28
CAPÍTULO I Direitos e deveres económicos	28
CAPÍTULO II Direitos e deveres sociais	30
CAPÍTULO III Direitos e deveres culturais	35
PARTE II Organização económica	37
TÍTULO I Princípios gerais	37
TÍTULO II Planos	40
TÍTULO III Políticas agrícola, comercial e industrial	41
TÍTULO IV Sistema financeiro e fiscal	44
PARTE III Organização do poder político	46
TÍTULO I Princípios gerais	46
TÍTULO II Presidente da República	50
CAPÍTULO I Estatuto e eleição	50
CAPÍTULO II Competência	53
CAPÍTULO III Conselho de Estado	56
TÍTULO III Assembleia da República	58
CAPÍTULO I Estatuto e eleição	58

CAPÍTULO II Competência	61
CAPÍTULO III Organização e funcionamento	67
TÍTULO IV Governo	71
CAPÍTULO I Função e estrutura	71
CAPÍTULO II Formação e responsabilidade	72
CAPÍTULO III Competência	74
TÍTULO V Tribunais	77
CAPÍTULO I Princípios gerais	77
CAPÍTULO II Organização dos tribunais	78
CAPÍTULO III Estatuto dos juizes	80
CAPÍTULO IV Ministério Público	81
TÍTULO VI Tribunal Constitucional	82
TÍTULO VII Regiões Autónomas	84
TÍTULO VIII Poder Local	89
CAPÍTULO I Princípios gerais	89
CAPÍTULO II Freguesia	91
CAPÍTULO III Município	91
CAPÍTULO IV Região Administrativa	92
CAPÍTULO V Organizações de moradores	94
TÍTULO IX Administração Pública	94
TÍTULO X Defesa Nacional	97
PARTE IV Garantia e revisão da constituição	98
TÍTULO I Fiscalização da constitucionalidade	98
TÍTULO II Revisão constitucional	102
Disposições finais e transitórias	103
TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA	
PARTE III AS POLÍTICAS E AÇÕES INTERNAS DA UNIÃO	107
CAPÍTULO 1 A Política Económica	108
CAPÍTULO 2 A Política Monetária	112
CAPÍTULO 3 Disposições Institucionais	115
CAPÍTULO 4 Disposições Específicas para os Estados-Membros cuja Moeda seja o Euro	116
CAPÍTULO 5 Disposições Transitórias	117
TÍTULO IX Emprego	121
TÍTULO XVIII A coesão económica, social e territorial	123
PARTE VI DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS E FINANCEIRAS	125
TÍTULO I Disposições institucionais	125
CAPÍTULO 1 As instituições	125
SECÇÃO 6 O Banco Central Europeu	125
SECÇÃO 7 O Tribunal de Contas	126
CAPÍTULO 4 Banco Europeu de Investimento	129
TÍTULO II Disposições Financeiras	130

CAPÍTULO 1 Os Recursos Próprios da União	130
CAPÍTULO 2 O Quadro Financeiro Plurianual	131
CAPÍTULO 3 O Orçamento Anual da União	132
CAPÍTULO 4 A Execução do Orçamento e a Quitação	134
CAPÍTULO 5 Disposições Comuns	136
CAPÍTULO 6 A Luta Contra a Fraude	137
TRATADO SOBRE ESTABILIDADE, COORDENAÇÃO E GOVERNAÇÃO NA UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA	
Resolução da Assembleia da República nº 84/2012, de 3 de Julho	139
TÍTULO I Objetivo e âmbito de aplicação	145
TÍTULO II Compatibilidade e relação com o direito da União	145
TÍTULO III Pacto orçamental	145
TÍTULO IV Coordenação das políticas económicas e convergência	148
TÍTULO V Governação da área do euro	149
TÍTULO VI Disposições gerais e finais	150
II. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL E ORÇAMENTO DO ESTADO	
LEI DE ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL	
Lei nº 151/2015, de 11 de setembro	155
TÍTULO I Objeto e âmbito	159
TÍTULO II Política orçamental, princípios e regras orçamentais e relações financeiras entre administrações públicas	161
CAPÍTULO I Política orçamental	161
CAPÍTULO II Princípios orçamentais	162
CAPÍTULO III Regras orçamentais	167
SECÇÃO I Regras gerais	167
SECÇÃO II Regras específicas	171
CAPÍTULO IV Relações financeiras entre subsectores	172
TÍTULO III Processo orçamental	173
CAPÍTULO I Primeira fase do processo orçamental	173
CAPÍTULO II Segunda fase do processo orçamental	175
CAPÍTULO III Processo orçamental em situações especiais	179
TÍTULO IV Sistematização da lei do Orçamento do Estado e estrutura do Orçamento do Estado	179
CAPÍTULO I Sistematização da lei do Orçamento do Estado e conteúdo do articulado	179
CAPÍTULO II Estrutura do Orçamento do Estado	182
SECÇÃO I Programas orçamentais	182
SECÇÃO II Conteúdo dos orçamentos da Entidade Contabilística Estado e demais entidades públicas	185

TÍTULO V Execução do Orçamento do Estado e processo de revisão e alteração orçamental	186
CAPÍTULO I Regime geral da execução orçamental	186
SECÇÃO I Princípios de execução orçamental	186
CAPÍTULO II Regime transitório de execução orçamental	190
CAPÍTULO III Processo de revisão e alteração orçamental	191
TÍTULO VI Contabilidade, relato, controlo e transparência	193
CAPÍTULO I Sistema contabilístico	193
CAPÍTULO II Documentos de prestação de contas	194
CAPÍTULO III Controlo e responsabilidades	195
CAPÍTULO IV Transparência	197
REGRAS GERAIS DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA COMPETÊNCIA DO GOVERNO	
Decreto-Lei nº 71/95, de 15 de Abril	201
REGRAS RELATIVAS À ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO POR PROGRAMAS	
Decreto-Lei nº 131/2003, de 28 de Junho	205
LEI QUADRO DO PLANEAMENTO	
Lei nº 43/91, de 27 de julho	209
CAPÍTULO I Princípios fundamentais	209
CAPÍTULO II Orgânica de planeamento	211
CAPÍTULO III Processo de planeamento	211
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	212
CÓDIGOS DE CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	
Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro	215
ANEXO I Classificação económica das receitas públicas	220
ANEXO II Classificação económica das despesas públicas	236
ANEXO III Notas explicativas ao classificador económico	255
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS PÚBLICAS	
Decreto-Lei nº 171/94, de 24 de Junho	293
ANEXO I A que se refere o nº 1 do artigo 1º – classificação funcional das despesas públicas	294
ANEXO II A que se refere o nº 2 do artigo 1º – MAPA III Despesas do estado, específicas, segundo a classificação funcional	297
REGIME DA AUTORIZAÇÃO DA DESPESA INERENTE AOS CONTRATOS PÚBLICOS	
Resolução da Assembleia da República nº 86/2011, de 11 de Abril	299

Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho	301
CAPÍTULO I Disposições gerais comuns	301
SECÇÃO III Realização de despesas	301
SECÇÃO IV Delegação de competências	304
REGIME JURÍDICO APLICÁVEL À ATRIBUIÇÃO DE SUBVENÇÕES PÚBLICAS	307
Decreto-Lei nº 167/2008, de 26 de Agosto	307
CAPÍTULO I Disposições gerais	309
CAPÍTULO II Indemnizações compensatórias	309
SECÇÃO I Âmbito e conceito	309
SECÇÃO II Concessão e publicidade das indemnizações compensatórias	310
CAPÍTULO III Obrigações dos beneficiários, fiscalização e controlo	312
CAPÍTULO IV Demais subvenções públicas	314
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	315
LEI QUADRO DAS PRIVATIZAÇÕES	317
Lei nº 11/90, de 5 de Abril	317
III. CONTABILIDADE PÚBLICA	
LEI DE BASES DA CONTABILIDADE PÚBLICA	
Lei nº 8/90, de 20 de Fevereiro	327
CAPÍTULO I Regime financeiro dos serviços e organismos da Administração Central	327
SECÇÃO I Regime geral – autonomia administrativa	327
SECÇÃO II Regime excepcional – autonomia administrativa e financeira	329
CAPÍTULO II Controlo de gestão orçamental	330
CAPÍTULO III Contabilização das receitas e despesas	331
CAPÍTULO IV Normas gerais e transitórias	332
REGIME DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO	
Decreto-Lei nº 155/92, de 28 de Julho	335
CAPÍTULO I Regime financeiro dos serviços e organismos da Administração Pública	336
DIVISÃO I Regime geral – autonomia administrativa	336
SECÇÃO I Princípios gerais	336
SECÇÃO II Sistemas da contabilidade e administração	338

SECÇÃO III Libertação de créditos	340
SECÇÃO IV Realização das despesas	341
SUBSECÇÃO I Autorização de despesas	341
SUBSECÇÃO II Processamento	342
SUBSECÇÃO III Liquidação	343
SUBSECÇÃO IV Pagamento	343
SUBSECÇÃO V Despesas em conta de fundos de manei- em moeda estrangeira e de anos anteriores	344
SECÇÃO V Restituições	345
SECÇÃO VI Reposição de dinheiros públicos	346
DIVISÃO II Regime excepcional – autonomia administrativa e financeira	348
SECÇÃO I Princípios gerais	348
SECÇÃO II Gestão patrimonial e financeira	349
SECÇÃO III Aplicação de normas do regime geral de contabilidade pública	351
CAPÍTULO II Controlo orçamental	351
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	352
LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO	
Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro	355
CAPÍTULO I Disposições gerais	355
CAPÍTULO II Disposições finais e transitórias	360
LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO – REGULAMENTAÇÃO	
Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho	363
Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho	365
CAPÍTULO I Âmbito	367
CAPÍTULO II Princípios e regras gerais	367
CAPÍTULO III Prestação de informação	372
CAPÍTULO IV Declarações e plano de liquidação dos pagamentos em atraso	373
CAPÍTULO V Disposições finais	374
REGIME DA TESOURARIA DO ESTADO	
Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de Junho	377
CAPÍTULO I Enquadramento	379
CAPÍTULO II Entrada de fundos	380
CAPÍTULO III Saídas de fundos	386
CAPÍTULO IV Operações específicas do Tesouro	387
CAPÍTULO V Contabilidade do Tesouro	389
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	391

PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÕES ESPECÍFICAS DO TESOURO	393
Decreto-Lei nº 9/2003, de 18 de Janeiro	393

IV. GESTÃO E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA PÚBLICA

REGIME GERAL DE EMISSÃO E GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA Lei nº 7/98, de 3 de Fevereiro	399
--	-----

TÍTULO I Disposições gerais	399
TÍTULO II Emissão da dívida pública	400
TÍTULO III Gestão da dívida pública	402
TÍTULO IV Disposições finais	404

REGIME JURÍDICO DOS BILHETES DO TESOURO Decreto-Lei nº 279/98, de 17 de Setembro	407
Decreto-Lei nº 261/2012, de 17 de Dezembro	409

REGIME JURÍDICO DAS OBRIGAÇÕES DO TESOURO Decreto-Lei nº 280/98, de 17 de Setembro	415
---	-----

REGIME JURÍDICO DOS CERTIFICADOS DE AFORRO Decreto-Lei nº 122/2002, de 4 de Maio	419
---	-----

EMISSÃO DE CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA A CURTO PRAZO Resolução do Conselho de Ministros nº 111/2009, de 25 de Novembro	425
---	-----

EMISSÃO DE CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO Resolução do Conselho de Ministros nº 14/2011, de 21 de Fevereiro	429
--	-----

EMISSÃO DE CERTIFICADOS DO TESOURO Resolução do Conselho de Ministros nº 40/2010, de 11 de Junho	431
---	-----

REGIME JURÍDICO DA CONCESSÃO DE GARANTIAS PESSOAIS PELO ESTADO OU POR OUTRAS PESSOAS COLETIVAS DE DIREITO PÚBLICO	437
Lei nº 112/97, de 16 de Setembro	437

CAPÍTULO I Princípios gerais	437
CAPÍTULO II Operações a garantir, beneficiários e modalidades das garantias pessoais	438
CAPÍTULO III Dos critérios de autorização das garantias pessoais	439

CAPÍTULO IV Do processo de concessão e execução das garantias pessoais	440
CAPÍTULO V Das garantias do Estado pela prestação de garantias pessoais	442
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	443
CONCESSÃO DE CRÉDITOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS A ESTADOS MEMBROS DO EURO	
Lei nº 8-A/2010, de 18 de Maio	445
CONCESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE GARANTIAS PESSOAIS PELO ESTADO NO ÂMBITO DO SISTEMA FINANCEIRO	
Lei nº 60-A/2008, de 20 de Outubro	449
V. FINANÇAS LOCAIS E REGIONAIS	
REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS	455
Lei nº 73/2013, de 3 de setembro	455
TÍTULO I Objeto, definições e princípios fundamentais	455
CAPÍTULO I Objeto e definições	455
CAPÍTULO II Princípios fundamentais	457
TÍTULO II Autarquias locais	463
CAPÍTULO I Receitas dos municípios	463
CAPÍTULO II Receitas das freguesias	475
CAPÍTULO III Repartição de recursos públicos	476
CAPÍTULO IV Regras orçamentais	485
CAPÍTULO V Endividamento	488
SECÇÃO I Regime de crédito e de endividamento municipal	488
SECÇÃO II Regime de crédito e regras de endividamento das freguesias	494
SECÇÃO III Mecanismos de prevenção e de recuperação financeira municipal	494
SECÇÃO IV Fundo de Regularização Municipal	498
TÍTULO III Entidades intermunicipais	499
TÍTULO IV Contabilidade, prestação de contas e auditoria	501
TÍTULO IV-A Transferência de competências para as autarquias locais e as entidades intermunicipais	507
TÍTULO V Disposições finais e transitórias	508
LEI DAS FINANÇAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS	
Lei Orgânica nº 2/2013, de 2 de setembro	513
TÍTULO I Objeto, princípios fundamentais, Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras e prestação de contas	513
CAPÍTULO I Objeto e âmbito	513

CAPÍTULO II Princípios	514
CAPÍTULO III Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras	517
CAPÍTULO IV Regras orçamentais	518
CAPÍTULO V Prestação de contas	520
TÍTULO II Receitas regionais	521
CAPÍTULO I Receitas fiscais	521
SECÇÃO I Disposições gerais	521
SECÇÃO II Impostos	522
CAPÍTULO II Outras receitas	525
TÍTULO III Dívida pública regional, procedimento de deteção de desvios e assunção de compromissos	526
CAPÍTULO I Dívida pública regional	526
CAPÍTULO II Procedimento de deteção de desvios	528
TÍTULO IV Desequilíbrio económico e financeiro	528
TÍTULO V Transferências do Estado	529
TÍTULO VI Poder tributário próprio e adaptação do sistema fiscal nacional	533
CAPÍTULO I Enquadramento geral	533
CAPÍTULO II Competências legislativas e regulamentares tributárias	534
CAPÍTULO III Competências administrativas regionais	535
TÍTULO VII Das relações financeiras entre as regiões autónomas e as autarquias locais e assunção de compromissos e pagamentos em atraso	537
CAPÍTULO I Das relações financeiras entre as regiões autónomas e as autarquias locais	537
CAPÍTULO II Assunção de compromissos e pagamentos em atraso	538
TÍTULO VIII Disposições finais e transitórias	538

VI. TRIBUNAL DE CONTAS

LEI DE ORGANIZAÇÃO E PROCESSO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Lei nº 98/97, de 26 de agosto	543
CAPÍTULO I Funções, jurisdição e competência	543
CAPÍTULO II Estatuto e princípios fundamentais	546
CAPÍTULO III Estrutura e organização do Tribunal de Contas	549
SECÇÃO I Estrutura e organização	549
SECÇÃO II Dos juizes do Tribunal de Contas	550
SECÇÃO III Do Ministério Público	554
SECÇÃO IV Dos serviços de apoio do Tribunal de Contas	555
SECÇÃO V Da gestão administrativa e financeira do Tribunal de Contas	556
CAPÍTULO IV Das modalidades do controlo financeiro do Tribunal de Contas	558
SECÇÃO I Da programação	558

SECÇÃO II Da fiscalização prévia	561
SECÇÃO III Da fiscalização concomitante	564
SECÇÃO IV Da fiscalização sucessiva	565
CAPÍTULO V Da efetivação de responsabilidades financeiras	569
SECÇÃO I Das espécies processuais	569
SECÇÃO II Da responsabilidade financeira reintegratória	570
SECÇÃO III Da responsabilidade sancionatória	572
SECÇÃO IV Das causas de extinção de responsabilidades	574
CAPÍTULO VI Do funcionamento do Tribunal de Contas	575
SECÇÃO I Reuniões e deliberações	575
SECÇÃO II Das competências	576
CAPÍTULO VII Do processo no Tribunal de Contas	580
SECÇÃO I Lei aplicável	580
SECÇÃO II Fiscalização prévia	580
SECÇÃO III Fiscalização sucessiva	582
SECÇÃO IV Do processo jurisdicional	583
SECÇÃO V Dos recursos	587
CAPÍTULO VIII Secções regionais	589
CAPÍTULO IX Disposições finais e transitórias	591

SUMÁRIO

I. CONSTITUIÇÃO E TRATADOS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Lei constitucional nº 1/2005, de 12 de Agosto 9

TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA 107

TRATADO SOBRE ESTABILIDADE, COORDENAÇÃO E GOVERNAÇÃO NA UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA

Resolução da Assembleia da República nº 84/2012, de 3 de Julho 139

II. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL E ORÇAMENTO DO ESTADO

LEI DE ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL

Lei nº 151/2015, de 11 de setembro 155

REGRAS GERAIS DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA COMPETÊNCIA DO GOVERNO

Decreto-Lei nº 71/95, de 15 de Abril 201

REGRAS RELATIVAS À ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO POR PROGRAMAS

Decreto-Lei nº 131/2003, de 28 de Junho 205

LEI QUADRO DO PLANEAMENTO

Lei nº 43/91, de 27 de julho 209

CÓDIGOS DE CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro 215

SUMÁRIO

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS PÚBLICAS Decreto-Lei nº 171/94, de 24 de Junho	293
REGIME DA AUTORIZAÇÃO DA DESPESA INERENTE AOS CONTRATOS PÚBLICOS Resolução da Assembleia da República nº 86/2011, de 11 de Abril Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho	299 301
REGIME JURÍDICO APLICÁVEL À ATRIBUIÇÃO DE SUBVENÇÕES PÚBLICAS Decreto-Lei nº 167/2008, de 26 de Agosto	307 307
LEI QUADRO DAS PRIVATIZAÇÕES Lei nº 11/90, de 5 de Abril	317 317
III. CONTABILIDADE PÚBLICA	
LEI DE BASES DA CONTABILIDADE PÚBLICA Lei nº 8/90, de 20 de Fevereiro	327
REGIME DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO Decreto-Lei nº 155/92, de 28 de Julho	335
LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro	355
LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO – REGULAMENTAÇÃO Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho	363 365
REGIME DA TESOURARIA DO ESTADO Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de Junho	377
PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÕES ESPECÍFICAS DO TESOURO Decreto-Lei nº 9/2003, de 18 de Janeiro	393 393
IV. GESTÃO E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA PÚBLICA	
REGIME GERAL DE EMISSÃO E GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA Lei nº 7/98, de 3 de Fevereiro	399

REGIME JURÍDICO DOS BILHETES DO TESOIRO	
Decreto-Lei nº 279/98, de 17 de Setembro	407
Decreto-Lei nº 261/2012, de 17 de Dezembro	409
REGIME JURÍDICO DAS OBRIGAÇÕES DO TESOIRO	
Decreto-Lei nº 280/98, de 17 de Setembro	415
REGIME JURÍDICO DOS CERTIFICADOS DE AFORRO	
Decreto-Lei nº 122/2002, de 4 de Maio	419
EMISSÃO DE CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA A CURTO PRAZO	
Resolução do Conselho de Ministros nº 111/2009, de 25 de Novembro	425
EMISSÃO DE CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	
Resolução do Conselho de Ministros nº 14/2011, de 21 de Fevereiro	429
EMISSÃO DE CERTIFICADOS DO TESOIRO	
Resolução do Conselho de Ministros nº 40/2010, de 11 de Junho	431
REGIME JURÍDICO DA CONCESSÃO DE GARANTIAS PESSOAIS PELO ESTADO OU POR OUTRAS PESSOAS COLETIVAS DE DIREITO PÚBLICO	437
Lei nº 112/97, de 16 de Setembro	437
CONCESSÃO DE CRÉDITOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS A ESTADOS MEMBROS DO EURO	
Lei nº 8-A/2010, de 18 de Maio	445
CONCESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE GARANTIAS PESSOAIS PELO ESTADO NO ÂMBITO DO SISTEMA FINANCEIRO	
Lei nº 60-A/2008, de 20 de Outubro	449
V. FINANÇAS LOCAIS E REGIONAIS	
REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS	455
Lei nº 73/2013, de 3 de setembro	455
LEI DAS FINANÇAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS	
Lei Orgânica nº 2/2013, de 2 de setembro	513

SUMÁRIO

VI. TRIBUNAL DE CONTAS

LEI DE ORGANIZAÇÃO E PROCESSO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Lei nº 98/97, de 26 de agosto

543

ÍNDICE-SUMÁRIO

595

SUMÁRIO

605